

**A classe trabalhadora paranaense nos documentos do Serviço Nacional de Informações
(1964-85)**

The working class of Paraná in the documents of National Information Service (1964-85)

**La clase trabajadora de Paraná en los documentos del Servicio Nacional de Información
(1964-85)**

Recebido: 08/07/2020 | Revisado: 29/07/2020 | Aceito: 31/07/2020 | Publicado: 10/08/2020

José Wilson Assis Neves Júnior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0692-0740>

Universidade Estadual Paulista, Brasil

E-mail: nevesjr1991@gmail.com

Resumo

Este artigo objetivou analisar as configurações da classe trabalhadora paranaense, durante o período de ditadura militar brasileira (1964-1985), a partir dos registros investigativos do Serviço Nacional de Informações (SNI). Buscou-se elucidar os posicionamentos ideológicos que perpassaram tanto as tomadas de posição dos sujeitos e organizações políticas vinculadas aos trabalhadores quanto as próprias fundamentações ideológicas utilizadas pelos agentes de informação no desenvolvimento de ações persecutórias contra grupos de esquerda. Foram utilizados como fontes de pesquisa os documentos provenientes SNI paranaense, os quais foram abordados pela perspectiva teórico metodológica do materialismo histórico-dialético de matriz lukácsiana, apreendendo as ideologias enquanto produtos das condições materiais da realidade concreta. Evidenciou-se as divergências político-ideológicas entre os trabalhadores paranaenses rurais e urbanos, especialmente no que tange as questões de organização sindical e vinculações político partidárias. Ademais, também foi indicada a gradual tendência de adequação ao reformismo imediatista assumida por uma considerável parcela da classe trabalhadora paranaense no decorrer dos anos que marcaram o processo de abertura política brasileira (1975-1985).

Palavras-chave: Mundo do trabalho; Ditadura militar brasileira; Serviço secreto; Ideologia.

Abstract

This paper aimed to analyze the configuration of Paraná's working class during the period of Brazilian military dictatorship (1964-1985) from the investigative records of National

Information Service (SNI). It was sought to elucidate the ideological perspectives that passed through the positions of the subjects and political organizations attached with workers, as well the information agent's ideological foundation for the developing of persecutory actions against left groups. The documents from SNI were utilized as research sources, being approached by the lukácsians perspective of historical-dialectical materialism, apprehending ideologies as products of material conditions from concrete reality. The political-ideological divergences between Paraná's rural and urban workers became evident, especially when it comes to questions about syndical organizations and Political Parties affiliation. Furthermore, it was also indicated the gradual tendency of adequation to immediatist reformism assumed by a considerable parcel from Paraná's working class during the years of Brazilian political opening process (1975-1985).

Keywords: World of work; Brazilian military dictatorship; Secret service; Ideology.

Resumen

Este artículo tuvo como objetivo analizar las configuraciones de la clase trabajadora de Paraná, durante el período de la dictadura militar brasileña (1964-1985) utilizando los registros de investigación del Servicio Nacional de Información (SNI). El objetivo era dilucidar las posiciones ideológicas que dominaban tanto las posiciones tomadas por los sujetos y las organizaciones políticas vinculadas a los trabajadores, como los fundamentos ideológicos utilizados por los agentes de información en el desarrollo de acciones persecutorias contra los grupos de izquierda. Los documentos del SNI de Paraná se utilizaron como fuentes de investigación, que fueron abordados por la perspectiva teórica y metodológica del materialismo histórico-dialéctico de la matriz lukácsiana, apprehendiendo las ideologías como productos de las condiciones materiales de la realidad concreta. Las divergencias políticas e ideológicas entre los trabajadores rurales y urbanos en Paraná se hicieron evidentes, especialmente con respecto a los problemas de organización sindical y los lazos de los partidos políticos. Además, también se indicó la tendencia gradual a adaptarse al reformismo inmediato asumido por una parte considerable de la clase obrera en Paraná durante los años que marcaron el proceso de apertura política brasileña (1975-1985).

Palabras clave: Mundo de trabajo; Dictadura militar brasileña; Servicio secreto; Ideología.

1. Introdução

Partindo da análise das fontes inéditas provenientes do Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI)¹ do Paraná,² o presente artigo visou apreender as configurações das relações de trabalho e o processo de organização da classe trabalhadora paranaense, atentando aos aspectos ideológicos que perpassaram as problemáticas das disputas internas e do próprio desencadeamento das ações persecutórias protagonizadas pelo aparato repressivo-investigativo da ditadura militar brasileira (1964-1985).

Utilizou-se como horizonte teórico metodológico o materialismo histórico-dialético, compreendendo os posicionamentos ideológicos como decorrentes das condições materiais da realidade concreta e abordado os aspectos ideológicos das tendências alienantes³ do ser (Lukács, 2018). Compartilha-se da perspectiva de Mazzeo (2015) sobre a definição da particularidade do capitalismo brasileiro como característico da via prussiano-colonial de desenvolvimento.

Das aproximadas sete mil pastas disponíveis no arquivo do SNI paranaense foram selecionadas, de modo intencional, dez (10) pastas que totalizam trezentas e sessenta e quatro (364) laudas, de modo a atender o recorte proposto pela pesquisa. Assim, em um primeiro momento são abordadas as especificidades da formação da classe trabalhadora paranaense para, em seguida, analisar o processo de organização da classe trabalhadora a partir do prisma investigativo da comunidade de informações.

2. Perspectiva Teórico-Metodológica

O horizonte teórico-metodológico desta pesquisa documental parte do princípio de abordagem exploratória, com caráter qualitativo, do caso específico da comunidade de informações paranaense durante o período de ditadura militar brasileira (1964-1985). Tendo como base investigativa o campo do conhecimento das Ciências Humanas, em especial da Ciência Política, optou-se por uma análise materialista histórico-dialética das fontes documentais, intencionalmente selecionadas. Enfatiza-se que o método dialético é aquele:

¹ Concretizado em 1964, o SNI constituiu um extenso aparato investigativo nacional, que objetivava combater as supostas ameaças subversivas em território nacional, alcançando exacerbada autonomia em relação ao aparato estatal (Fico, 2001).

² Disponíveis para acesso público no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL).

³ A alienação é compreendida como o processo de coisificação das relações de produção e humanas (Marx, 2011).

Que penetra o mundo dos fenômenos, através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Empregado em pesquisa qualitativa, considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social; as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que requerem soluções (Pereira et al, 2018, p. 28).

Entende-se, portanto, que as questões relativas ao modo de produção e a divisão do trabalho na sociedade brasileira encontravam-se entre uma das principais pautas de preocupação da comunidade de informações, e da própria doutrina de Segurança Nacional. Categoria fundamente da vida social, o trabalho é entendido como processo de transformação, previamente idealizada, da natureza em benefício da reprodução da humanidade, ou seja, da garantia tanto de sua subsistência quanto de seu desenvolvimento (Lukács, 2018).

Compreende-se, assim, que a apreensão das ideologias que estabelecem o combate (em determinadas condições históricas, políticas, econômicas e culturais) demanda, impreterivelmente, a compreensão das condições materiais que às tornam, não somente possíveis, como necessárias (seja no sentido de reprodução/manutenção da ordem ou de emancipação da classe dominada). Neste sentido, são relevantes as contribuições de Lukács (2018) no que tange as relações que se estabelecem entre o pôr teleológico primário (relação metabólica da humanidade com a natureza) e o pôr teleológico secundário (as ideias que se formulam para o direcionamento dos sujeitos sociais, visando a garantia do desenvolvimento de um determinado modelo de produção).

As formas de produção assumidas pela divisão internacional do trabalho (que colocou os países dependentes, dentre eles o Brasil e os demais Estados nação da América Latina, como produtores de bens primários e as potências capitalistas como produtoras de manufaturas e tecnologias) possibilita o gradual aumento da mais-valia relativa. Disto, decorre a necessidade de uma ampla produtividade da classe trabalhadora dependente, que deve prover as condições de subsistência para os dois polos de uma relação extremamente desigual, consumindo produtos de elevado nível econômico provenientes de sociedades que encontram, agora, a possibilidade de direcionar sua produção quase que exclusivamente para o setor industrial. Assim,

As nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (Marini, 2017, p. 332).

Desta forma, consolidou-se nas sociedades latino-americanas um modelo de superexploração da força de trabalho, no qual se demanda um dispêndio excessivo da força de trabalho (que extrapola os padrões comuns) e, ao mesmo tempo, priva o trabalhador do acesso aos padrões de consumo essenciais para a normalização do estado de sua força de trabalho – assim, nestes casos o trabalho tende à ser remunerado com quantias inferiores ao seu real valor. Ademais, no que tange à abordagem qualitativa dos documentos produzidos pela comunidade de informações paranaense, considera-se que:

O extraordinário significado da vida cotidiana dos seres humanos na reprodução do todo consiste justamente em que, por um lado, esse fluxo ininterrupto vasa do centro à periferia, incorporando-a na tentativa de solução dos grandes problemas da sociedade como um todo, nela desencadeando reações à eles, que, por outro lado, não apenas essas reações fluem de volta ao centro, à sociedade como um todo, mas ao mesmo tempo, com isso, aqueles problemas específicos de que se ocupam as comunidades pequenas, locais, se tornam demandantes “para cima”, como tomadas de posição para com aqueles. Com isso temos evitado, de acordo com a possibilidade, a expressão “informação”, hoje tornada quase um fetiche. Pois a informação apenas se torna um fator social na medida em que desencadeia tomadas de posição; fatos que apenas são simplesmente colhidos pelo conhecer têm um tal significado no máximo em potencial, como eventuais desencadeadores de tomadas de posição posteriores (Lukács, 2018, p. 373-374).

Compreende-se, portanto, que é no cotidiano da vida social que a função da ideologia se materializa de modo prático, demonstrando a forma como, realmente, os construtos de ideias tornam-se, ou não, plausíveis de aceitação pelos sujeitos concretos que direcionam suas atividades a partir de ideias que atribuem sentido às distintas ações. Deste modo, a apropriação de fontes primárias inéditas para a apreensão da doutrina de Segurança Nacional, no exercício cotidiano de sua função ideológica, constitui uma contribuição relevante para o campo de pesquisa da temática.

A análise lukácsiana das ideologias demanda, ainda, uma outra abordagem que deve ser contemplada no decorrer deste trabalho, a qual consiste na apreensão das formas ideológicas da alienação que se consolidam na realidade concreta. A alienação é apontada por Marx (2011) como processo de coisificação (reificação) das relações de produção social e, subsequentemente, do próprio ser humano em si. É necessário, contudo, enfatizar que

[...] primeiro, toda alienação é um fenômeno fundado social-economicamente; sem mudança decisiva na estrutura econômica nenhuma ação individual pode alterar algo essencial nessa base. Segundo, toda alienação, a partir dessa base, é antes de tudo um fenômeno ideológico cujas consequências cercam de muitos lados e solidamente a vida de cada ser humano participante; que sua superação subjetiva apenas como ato do respectivo indivíduo pode ser realizada na prática. É, portanto, absolutamente possível

que seres humanos singulares sejam capazes de enxergar através da essência da alienação teoricamente e, todavia, permaneçam alienados em seus modos de vida [...] Terceiro, há no ser social apenas alienações concretas (Lukács, 2018, p. 551-552).

Reforçando que a alienação não pode ser tomada como um fenômeno exclusivamente ideológico e reconhecendo que “[...] a alienação de cada ser humano singular brota imediatamente de suas interações com sua própria vida cotidiana” (Lukács, 2018, p. 556), indica-se, que a presente pesquisa visa identificar os aspectos ideológicos que o fenômeno (histórico-economicamente consolidado a partir da particularidade da via de desenvolvimento e do seu respectivo estágio no período em questão) assumiu no sentido de autorreprodução, imposição ao outro, resignação e/ou tentativa de superação da condição de ser-alienado.

3. Relações de Trabalho no Paraná

Em julho de 1980, preocupados com as questões fundiárias regionais, os agentes da comunidade de informações paranaense avaliaram os pareceres disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Paraná (INCRA/PR). O relatório proveniente da avaliação traz em anexo o documento do INCRA/PR que analisou as áreas de tensão social no Estado do Paraná e estudou as potencialidades de aplicações e reformulações dos objetivos rurais na região. O documento, assinado pelo coordenador geral José Guilherme Cavagnari, intitula-se “Áreas de tensão social no estado do Paraná: levantamento e formas de intervenção”, sua introdução infere que:

É por demais sabido que a transformação da agricultura paranaense na última década, acarretou profundas consequências em nossa economia e aliada a altas taxas de crescimento demográfico resultou em reflexos sociais bastante significativos, representados pelo grande “excedente populacional” no setor.

A terra, no processo produtivo, atingiu índices de valores bastante elevados e principalmente na região oeste do Estado, por apresentar características altamente favoráveis à atividade agrícola, notadamente o binômio trigo/soja, cada quinhão passou a ser disputado de formas muitas vezes violenta, acarretando graves problemas sociais (SNI, Coordenadoria Geral do INCRA/PR, ACT_ACE_539_80, 15 de julho de 1980, lauda 04).

Os problemas relativos à desapropriação de terras no estado do Paraná, segundo o relatório, abrangiam um total de quatro mil quinhentas e quarenta famílias.⁴ Entre os

⁴ Conforme indicou o Relatório Comissão Estadual da Verdade paranaense (Paraná, 2014), o Estado se caracterizou por um extenso processo histórico de desapropriação de terras decorrentes da grilagem, tendo como

apontamentos para solução dos problemas identificados, o INCRA/PR propôs o reassentamento de mil famílias rurais a partir da identificação de latifúndios improdutivos e outras áreas de domínio da União. As avaliações direcionam para a problematização de uma questão latente no modo como o Brasil desenvolveu, historicamente, uma perspectiva de produção agrícola voltada para o latifúndio e a exportação dos produtos. Dentro deste prisma colonial-prussiano de desenvolvimento, a concentração de poder político das elites condicionou uma ampla apropriação do território produtivo, acompanhado de modos intensivos de exploração da força de trabalho visando a manutenção de uma delicada ordem de dominação, tanto da burguesia interna quanto do imperialismo externo (Mazzeo, 2015).

Segundo aponta Magalhães Filho (1996), o território paranaense passou a ser efetivamente explorado a partir do século XVI, por colonizadores portugueses (litoral) e espanhóis (Oeste), tendo os espanhóis obtido maior rapidez e profundidade no estabelecimento de colônias de exploração na região hoje conhecida como Paraná. Contudo, foi com a mineração do ouro no século XVII que a região paranaense vivenciou uma ampliação no processo colonizador, tanto no que tange à mineração na região nas primeiras décadas, quanto a disponibilização de rebanhos de carga para o subsequente aprofundamento da exploração aurífera em Minas Gerais nas décadas finais do século XVII – após um leve período de decadência da mineração o tropeirismo paranaense se recuperou em decorrência da produção cafeeira do século XVIII. Deste fato decorreu a ascensão de uma classe dominante proprietária latifundiária paranaense que consolida seu poder político com a emancipação da Província do Paraná (1853).

No final do século XIX, duas novas perspectivas de produção tomaram forma na região do Paraná, o cultivo do mate e a extração da madeira, responsáveis pelo surgimento de uma classe burguesa paranaense e pela expansão do trabalho assalariado na região (especialmente proveniente de mão de obra imigrante europeia) – sendo relevante enfatizar que com o desenvolvimento da indústria madeireira, o Paraná vivenciou uma efetiva injeção de capital externo (especialmente inglês e estado-unidense) acompanhado de massivas concessões de terras para as empresas imperialistas. No que tange à este processo, enfatiza-se que, em decorrência das configurações históricas de desenvolvimento da nações latino-americanas (desvinculadas entre si e subordinadas à metrópole inglesa), surgiu uma relação de dependência que, nos limites do desenvolvimento capitalista, condiciona a mera possibilidade

consequência à ascensão de revoltas populares e contínuos processos de indenização contra a União, sendo o INCRA responsabilizado pelo levantamento de dados e proposição de soluções para o problema.

de ampliação da dependência – assim, o horizonte capitalista cabível à estes países é o desenvolvimento do subdesenvolvimento (Marini, 2017).

Magalhães Filho (1996), indica que o principal foco de produção madeireira paranaense era para a exportação, especialmente para a Europa que se reconstruía após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – fenômeno que alavancou a sobreposição da elite madeireira na dominação política do Paraná, antes sob à égide da burguesia ervateira. Assim, há de se evidenciar, que a burguesia paranaense ascende em um modelo de produção latifundiário que possibilitava a cristalização de um padrão autocrático de dominação política, estreitamente rígido no que tange à participação dos representantes da classe trabalhadora e, mesmo, grupos da classe burguesa. Entende-se que “a industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (Marini, 2017, p. 340).

Macedo, Vieira & Meiners (2002) demonstram que, entre os anos de 1939-1999, o setor majoritário de produção do Paraná foi o das indústrias de bens intermediários, sendo que até a década de 1970 a extração de madeira manteve destaque em relação aos demais gêneros de produção e, a partir de 1975 visualizou-se o seu declínio, acompanhado de um gradual crescimento da indústria química (que engloba a produção de óleos e gorduras vegetais e animais). Ressaltam, ainda, que o período que compreende as décadas de 1970 à 1980 caracterizou-se pelo incentivo de desenvolvimento das indústrias de bens de capital e de consumos duráveis no Paraná e, que as indústrias tradicionais e de bens de consumo não duráveis, principalmente a produção de alimentos, demonstrou um crescimento robusto até o ano de 1959 acompanhado de um declínio suave após o ano de 1975.

Conforme explicita-se na avaliação do INCRA/PR de julho 1980, este modelo de produção latifundiário era tomado, até mesmo por alguns dos setores dirigentes do aparato institucional ditatorial militar, como preconizador, ou incitador, de conflitos na região paranaense. Deste modo, ressaltam a relevância de aplicação de um determinado tipo de reforma agrária que solucionasse o problema fundiário da região – à qual deveria estar de acordo com as diretrizes e objetivos do regime ditatorial militar vigente. Contudo, a avaliação precedente ao relatório final (datada de abril de 1980), indicava que, dos trinta e oito imóveis avaliados, em vinte e seis municípios, apenas quatro foram considerados “latifúndios improdutivos ou mal explorados”, enquanto onze foram identificados como “latifúndios explorados racionalmente”, treze como “latifúndios com áreas cobertas de matas nativas ou

pinheirais” e dez “latifúndios em áreas próprias para reflorestamento” (SNI, Coordenadoria Geral do INCRA/PR, ACT_ACE_454_80, 15 de abril de 1980, 19 laudas).

Determinada percepção avaliativa traz contribuições profícuas para a problematização do modelo de reforma agrária cabível ao prisma desenvolvimentista que permeou os direcionamentos autocráticos da política econômica da ditadura militar brasileira (1964-1985). A questão evidenciada na preocupação dos agentes não era a alta concentração fundiária, em si, mas, sim, a detenção de território produtivo inabilitado à adequação de produção inserida no âmbito do desenvolvimento econômico capitalista. Assim, independente do alto nível de conflitos decorrentes dos problemas fundiários paranaenses, somente quatro, dos trinta e oito imóveis investigados, foram indicados como possíveis para desapropriação e subsequente assentamento de famílias no Paraná, sendo estes aqueles que não se enquadravam nos parâmetros de produção racional para o desenvolvimento econômico do Estado.

Determinada questão aprofunda-se quando retomados alguns aspectos históricos do processo de reocupação das regiões do Norte e Noroeste paranaense a partir da década de 1950. Conforme indica Medeiros (2017), os direcionamentos de estudos estratégicos delineados na década de 1950 traziam a representação das regiões do Paraná como caracterizadas por um vazio demográfico e baixos níveis de exploração do solo, o que, em sentido real, evidenciava o horizonte avaliativo de reconhecimento das formas de produção como exclusivamente vinculadas ao processo de desenvolvimento capitalista, assim, os territórios indígenas⁵ da região e os espaços ocupados por pequenos agricultores e posseiros (economia de subsistência) eram ignorados pelas pesquisas que visavam a implementação de um novo projeto de ocupação da região, de modo a adequá-la ao complexo de desenvolvimento capitalista.

Ressalta-se a utilização da classificação dos “latifúndios explorados racionalmente” para cerca de vinte e nove por cento (29%) dos imóveis investigados. A apropriação da terminologia “racional” para classificação do modelo de produção latifundiário evidencia uma compactuação do projeto desenvolvimentista nacional com o padrão conservador de exploração agrária voltado para a exportação e com a manutenção das elites dirigentes latifundiárias no sistema político-econômico-social paranaense. Neste sentido, enfatiza-se que, no caso paranaense “a associação do interesse público e privado a ‘colonização’, que interessava ao Estado, era orientada para a produção de capital das empresas e não pela

⁵ Dados os limites estabelecidos pelo recorte de pesquisa, as questões indigenistas não puderam ser abordadas neste trabalho.

função social da propriedade” (Paraná, *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban*, 2014, p. 78).

Há de se considerar que a presunção de sintetização dos objetivos gerais de desenvolvimento político-econômico nacionais, acompanhada do reconhecimento do papel protagonista de direcionamento e implementação destes objetivos, eram elementos que permeavam a doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra (Neves Júnior, 2019). Demonstra-se, assim, a forma como a comunidade de informações paranaense aparenta compartilhar de um amplo projeto de desenvolvimento brasileiro que, adequando-se aos pressupostos objetivos gerais da nação, enquadraria o Paraná em um determinado tipo de modelo de produção objetivando à integração com as demais regiões nacionais.

Em continuidade, o relatório de abril do INCRA/PR indica a forte presença de disputas de território nas propriedades avaliadas como latifúndios improdutivos, ressalta, também, a importância de uma ação direta do Governo Federal em prol da preservação da mata nativa paranaense. Por fim, o relatório do INCRA informa que

As áreas identificadas como latifúndios improdutivos, cerca de 9 mil hectares, devem ser objeto da ação mais direta do INCRA.

No sentido de resolver situações de fato existentes, em termos de ocupação por terceiros, bem como permitir projetos de assentamento em áreas remanescentes, estará a Autarquia atendendo, mesmo que em termos limitados, um número de agricultores paranaenses em seu próprio território, o que vem de encontro, também, aos interesses do próprio Governo do Estado (SNI, Coordenadoria Geral do INCRA/PR, ACT_ACE_454_80, 15 de abril de 1980, lauda 18).

Assim, a controlada expropriação de latifúndios, considerados improdutivos, visando o assentamento de famílias paranaenses é tomada, pelos agentes responsáveis pela investigação, como medida paliativa para solucionar os problemas decorrentes dos conflitos de classe que se instauraram na sociedade civil paranaense. O atendimento das demandas imediatas destes setores da população é apreendido como mecanismo de combate as potencialidades de articulações subversivas que poderiam tomar forma na região. Sendo relevante indicar que o diagnóstico apresentado reforça que a medida deveria ser realizada de forma limitada, não rompendo, portanto, com a totalidade da problemática fundiária, em si, à qual, em certo aspecto, atenderia os objetivos de desenvolvimento econômico que permeavam os direcionamentos oficiais do regime ditatorial instituído, ou seja, os objetivos gerais da nação delineados pela doutrina oficial do regime.

Estas estratégias políticas, econômicas e sociais colocadas em prática pelo aparato investigativo estatal brasileiro do período encontravam-se, portanto, direcionadas para o atendimento das demandas desenvolvimentistas que, dentro do prisma da doutrina de Segurança Nacional, permeavam os objetivos gerais da nação, não deixando de evidenciar que “[...] todas as manipulações econômicas, sociais e políticas dominantes tornam-se, com isso, instrumentos mais ou menos conscientes para acorrentar o ser humano a sua particularidade e, com isso, ao seu ser alienado” (Lukács, 2018, p. 700).

Segundo apontam Galvão e Vasconcelos (1999), as articulações produtivas, decorrentes do projeto desenvolvimentista da ditadura militar, visaram o investimento estatal (incentivos fiscais, construção de infraestrutura, entre outros) para consolidação de centros industriais em diferentes regiões nacionais, descentralizando o enfoque de produção no Sudeste, que marcou as décadas de 1970 e 1980. Neste sentido, indica-se que o desenvolvimento histórico da economia paranaense expressa uma relação periférica do Paraná com o principal centro de produção industrial brasileiro (São Paulo), que perdurou até a década de 1970 (Padis, 1981) – dado relevante para apreensão da dupla situação periférica à qual se subordinava a região paranaense, na relação do complexo de complexos interno (dependência de São Paulo) e externo (dependência das potências imperialistas).

Apesar da década de 1960 ter sido marcada pela elaboração do “modelo paranista de desenvolvimento”,⁶ sob direção da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná (CODEPAR), os objetivos de consolidação de um “Paraná Autônomo” foram coibidos, principalmente, pelos Planos Nacionais do Desenvolvimento (I e II) impostos durante as décadas de 1970 e 1980. Desta forma, indica-se que o desenvolvimento das economias regionais no processo de descentralização da produção (1970-80), ocorreu de forma controlada e limitada. O horizonte de emancipação da indústria paranaense foi gradualmente substituído pelo princípio de integração complementar da economia nacional, mantendo uma relação de subordinação da economia paranaense com a paulista (Padis, 2006).

Neste sentido, conforme indicam Macedo, Vieira & Meiners (2002), o relatório de 1982 do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IAPARDES), traz importantes avaliações sobre os resultados do projeto de desenvolvimento paranaense, realizado durante a década de 1970. Entre os apontamentos do relatório destaca-se o amplo processo de industrialização da produção agrícola e a continuidade do desenvolvimento de

⁶ Os principais objetivos do projeto eram: a integração das três regiões do Estado (o Paraná Velho, o Paraná Cafeeiro-Paulista e as fronteiras do Oeste); substituição de importações em prol de um desenvolvimento integral e vertical da indústria paranaense; e fortalecer e expandir pequenos e médios capitais no Estado (Padis, 2006).

capitais locais caudatários do capital paulistano e estrangeiro – fato que reforça a situação do Paraná em relação aos objetivos gerais da nação, em sua inserção no complexo de complexos. Neste aspecto, torna-se relevante contribuir com problematizações acerca do processo de instalação das multinacionais, e subsequente aprofundamento da exploração de tipo colonial capitalista, no Paraná.

No ano de 1979, a empresa paranaense Nortox Agroquímica, protocolou uma denúncia na Agência Regional do SNI-PR, sobre os vínculos ilícitos da empresa Defesa para conquista de mercado agroquímico na região, com financiamento de multinacionais (*SNI, DEFENSA – Defensivos Agrícolas S/A, ACT_ACE_285_79*, 30 de outubro de 1979, 85 laudas). Segundo consta no relatório, os investimentos da Defesa provinham de sua matriz israelense e apropriava-se do modelo *joint venture* para expandir-se por distintas regiões brasileiras (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, entre outras), estratégia que, segundo consta na denúncia da Nortox, permitia a apropriação de benefícios nacionais para a expansão do capital externo, destacando que:

Esse artifício permite às empresas assim constituídas baixar os custos de produção a níveis impraticáveis para as demais indústrias do setor, a ponto de provocar a inviabilização de projetos industriais enquadrados no Ministério da Indústria e do Comércio, mesmo que tenham melhor embasamento financeiro (*SNI, DEFENSA – Defensivos Agrícolas S/A, ACT_ACE_285_79*, 30 de outubro de 1979, laudas 08-09).

Enfatiza-se que, apesar do extenso relatório decorrente da denúncia, o agente de informações responsável reforça que a AR não se dispôs a investigar com maior profundidade as implicações e relações pertinentes à interação da Defesa com as diretrizes no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). O fato exposto evidencia uma problemática latente, e inexorável, da via de desenvolvimento prussiano-colonial, que reside, de modo mais específico, no descaso e, em determinados momentos, combate de uma burguesia interna esclarecida.

Segundo Fernandes (2008), as especificidades do capitalismo nas sociedades coloniais, criam condições estruturais tradicionalistas-conservadoras específicas as quais demonstraram propensão a se readaptar com facilidade às transformações sociais – o que determinou que a revolução burguesa brasileira não se fundamenta-se em uma transformação radical das relações estruturais, mas em um mero rearranjo político-econômico que viabilizou uma continuidade das tradições no ingresso à modernização. Essa burguesia que se desenvolve pautada em um modelo político-econômico latifundiário, estamental e dependente, não criou, portanto, as condições sociais de um real desenvolvimento da lógica

competitiva, comum aos países capitalistas de revolução clássica, e não encontra outra via de domínio político que não seja a autocracia.

Tendo delineado algumas especificidades das relações de trabalho paranaenses, propõe-se, agora, enveredar na análise das configurações específicas das organizações de trabalhadores na região que foram vigiadas pelo aparato estatal do Serviço Nacional de Informações durante o período de ditadura militar brasileira (1964-1985), atentando-se à forma como as indicadas particularidades do desenvolvimento capitalista paranaense perpassaram as múltiplas configurações da temática.

4. Organização da Classe Trabalhadora Paranaense

Entre os dias 25 e 26 de julho de 1981, realizou-se na cidade de Curitiba/PR o 1º Encontro das Classes Trabalhadoras (ENCLAT) do Paraná, contando com a participação de cerca de quatrocentas pessoas. O agente responsável pela investigação do evento demonstrou em seu relatório que as pautas discutidas no encontro foram múltiplas, não estando, obrigatoriamente, restritas às questões específicas das relações de trabalho, assim, destaca que no encontro foram tecidas críticas sobre a Lei de Segurança Nacional e a incapacidade do regime militar manter condições efetivas de bom relacionamento de crédito no exterior (à não ser que continuasse com o projeto de exploração inescrupulosa da força de trabalho), a ampliação do sufrágio universal para analfabetos foi apontada como condição essencial para melhoria das condições de vida no país e problemática da anistia perpassou os debates estabelecidos (SNI, 1º Encontro das Classes Trabalhadoras (ENCLAT) do Paraná, ACT_ACE_1291_81, 13 de agosto de 1981, 70 laudas).

O agente de informações responsável pela investigação expressa, assim, concordância com o princípio de reconhecimento da validade de pautas específicas de organizações populares, desde que isoladas e, por conseguinte, incapazes do estabelecimento de articulações com outros setores da sociedade em prol do estabelecimento de pautas comuns de uma luta à longo ou médio prazo. Em continuidade à sua avaliação, o relator enfatiza a tendência esquerdista que as críticas ao regime ditatorial e a expansão das demandas no âmbito da redemocratização (anistia e sufrágio universal) devem receber. Assim, nota-se que o método analítico utilizado distorce as reais matrizes político-ideológicas das pautas elencadas no 1º ENCLAT, ao passo em que estas expressam maior propensão às demandas de uma perspectiva liberal democrática do que, de fato, à uma esquerda revolucionária.

Em avaliação geral sobre os resultados do 1º ENCLAT, o agente afirmou que “apesar da grande participação de elementos vinculados à esquerda, a ideia da criação de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT) não foi aprovada nas reuniões plenárias do ENCLAT/PR” (SMI, 1º Encontro das Classes Trabalhadoras (ENCLAT) do Paraná, ACT_ACE_1291_81, 13 de agosto de 1981, lauda 17).⁷ Determinada informação, traz dados relevantes sobre as configurações das relações de trabalho no Paraná, durante a vigência da ditadura militar (1964-1985), ao passo que se observa um receio de determinadas parcelas da classe trabalhadora paranaense para com a perspectiva de sindicalização.

Medeiros (2017) ressalta que o processo de relação trabalhista do Paraná, entre as décadas de 1950 e 1970, marcou-se pela presença de mecanismos punitivos, por parte das classes proprietárias, impostos à trabalhadores que se mobilizassem judicialmente em prol de reclamações por melhores condições de trabalho – não deixando de enfatizar os pequenos avanços legislativos do governo de João Goulart, com destaque para 1963. Ressaltando que, com a ascensão da ditadura militar brasileira, ocorreu um processo de recrudescimento das relações trabalhistas no campo, a igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos só foi conquistada com a Constituição Federal de 1988.

Deste modo, as especificidades da forma como as relações de trabalho se delinearam na conjuntura paranaense direcionou a classe trabalhadora, especialmente no que tange à produção rural, a voltar-se para pautas mais imediatistas que visassem a resolução de problemas específicos nas relações estabelecidas entre produtores e proprietários. O aprofundamento da desigualdade social e a deterioração dos direitos trabalhistas adquiridos dificultava, assim, a consolidação de propostas de médio e longo prazo em determinados setores da produção paranaense. Em outras palavras, as condições materiais impostas à classe trabalhadora do setor rural paranaense direcionava-a para um processo de resignação das tendências alienantes do ser, a melhoria das condições de subsistência sobrepunha-se ao possível projeto de emancipação, justamente pelas intrínsecas características do modelo de desenvolvimento pautado na superexploração da força de trabalho.

Neste sentido, Medeiros (2017) indica que, apesar das conquistas dos Sindicatos Rurais do Paraná (que surgem a partir da década de 1950), era comum uma visão pejorativa da entidade em meio aos trabalhadores rurais do Norte paranaense – fenômeno que atribui ao retrocesso das leis trabalhistas do campo durante a ditadura militar brasileira e ao

⁷ Segundo aponta Santana (1999), a CUT, concretizada em 1983 na cidade de São Bernardo do Campo (SP), se consolidou como uma Central Sindical que se fundamentava na proposta de contestação da ordem a partir de princípios democráticos, contemplando distintos problemas da realidade brasileira.

fortalecimento do poder das classes proprietárias no período, assim como a massiva campanha anticomunista difundida em combate às organizações sindicais e outras entidades de defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Se, por um lado, as constatações indicam a propensão da classe trabalhadora paranaense à uma leitura imediatista, e pouco problematizada, das relações de dominação brasileiras (com tendências ao reformismo), por outro, também permite problematizar uma relativa recusa em garantir a reprodução da lógica de subordinação da produção paranaense às imposições de direcionamento paulistas – hipótese que carece de maior aprofundamento analítico em futuros trabalhos.

Este aspecto, contudo, não caracterizava a totalidade das organizações trabalhistas da conjuntura paranaense. Em reunião em realizada em 15 de abril de 1981 na cidade de Londrina/PR, por exemplo, os representantes das organizações trabalhistas estipularam a criação de um Conselho Intersindical de Trabalhadores de Londrina. O Conselho tinha como objetivo favorecer a unificação sindical em prol de lutas comuns. Contando com apoio do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Conselho foi orientado à selecionar participantes para a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), fato tomado como crucial para o Paraná, que “em virtude de ser um Estado onde o Movimento Sindical ainda não se encontra bem estruturado, foi preterido por outros para compor a Comissão Nacional Organizadora do I CONCLAT” (*SNI*, Conselho Intersindical de Trabalhadores de Londrina, ACT_ACE_1211_81, 29 de maio de 1981, lauda 02).

Deste modo, destaca-se uma visível divergência de perspectivas para ação prática e estratégica dos trabalhadores rurais e urbanos no Paraná, mais especificamente no que tange aos limites e alcances da unificação de pautas em sentido amplo. As distinções entre o velho e o novo, assim como a permanência e aprofundamento da superexploração da força de trabalho no campo, favoreceram o projeto de desarticulação da classe trabalhadora paranaense. Estas divergências político-ideológicas entre os trabalhadores rurais e urbanos do Paraná, contudo, não se limitavam ao âmbito do sindicalismo, mas, também, estendiam-se para a questão da vinculação partidária que tomava primazia em cada um destes espaços de configuração do trabalho.

Em relatório que avalia o processo de rearticulação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Paraná (*SNI*, Reorganização dos Partidos Políticos, ACT_ACE_188_79, 26 de julho de 1979, 10 laudas), por exemplo, o agente de informações responsável indica que o PTB apresentou tendência à vinculação com a matriz do Rio Grande do Sul, demonstrando maior propensão de adesão dos trabalhadores agrários (principalmente do Oeste e Sudoeste do

estado), enquanto que os trabalhadores de Curitiba ofereciam grande relutância às proposições do PTB, demonstrando maior propensão de filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Conforme indica Santos (2014), o PTB exerceu protagonismo na articulação de organizações trabalhistas rurais durante a década de 1950, junto ao Ministério do Trabalho, o partido foi um dos principais responsáveis por garantir a conquista de direitos pra os trabalhadores deste setor da produção brasileira, acrescentando as conquistas legislativas do governo de João Goulart (1961-1964). Ademais, foi durante a era Vargas (1930-1940) que muitos trabalhadores brasileiros encontraram incentivo para migrar para o Paraná recebendo, em alguns casos, posse de terras (Priori, 2010). Desta forma, torna-se evidente as causas que direcionaram os trabalhadores do campo paranaense a apresentar maior propensão de vinculação político partidária ao trabalhismo petebista.

O PT, por sua vez, ascende na conjuntura brasileira com a proposta de partir das demandas imediatas da conjuntura em defesa das pautas populares, desvinculado das elites políticas dirigentes (Secco, 2011). Se por um lado, esta perspectiva condicionou um forte apoio dos trabalhadores urbanos, que se sentiam melhor representados por uma vinculação partidária sensibilizadas com os problemas imediatos da realidade social, por outro, a forte presença de um núcleo intelectual dirigente pode ter sido uma das principais causas do seu distanciamento em relação aos trabalhadores rurais paranaenses.

De acordo com o relatório investigativo, o processo de reformulação do PTB foi marcado pela baixa adesão de alguns setores da esquerda nacional, principalmente o estudantil e o operário, fenômeno decorrente dos seguintes problemas:

- Os trabalhadores ainda mantém a imagem do antigo PTB, elitista e conservador;
- Alguns líderes sindicais de grande prestígio junto a classe trabalhadora, preferem a organização de um PT (Partido dos Trabalhadores), onde teriam maior projeção política;
- Os líderes estudantis mais combativos ao atual Regime, estão ligados a outros movimentos de esquerda, especialmente os de cunho socialista (*SMI*, Reorganização dos Partidos Políticos, ACT_ACE_188_79, 26 de julho de 1979, lauda 6).

O agente responsável continua a análise exprimindo a percepção de um aparente consenso, tanto nos setores pró-ditadura quanto em múltiplos setores de oposição, no que tange a apreensão do retorno de Leonel Brizola ao Brasil. O relatório, enfatiza a força política que Brizola detinha em relação à sociedade brasileira, o que poderia ameaçar tanto a balança política favorável ao regime quanto prejudicar a ascensão ou manutenção de partidos e grupos

políticos da esquerda (reformista e progressista), com ênfase ao MDB e o PT – sendo que, enquanto o primeiro desenvolvia estratégias para acomodar os grupos vinculados ao político gaúcho, em fileiras pouco expressivas do partido, o segundo almejava minar completamente a influência do PTB frente à classe trabalhadora (*SNI*, Reorganização dos Partidos Políticos, ACT_ACE_188_79, 26 de julho de 1979, 10 laudas).

A avaliação do agente de informações responsável indica, portanto, uma concordância com a ação desenvolvida pelos representantes do PT e do MDB no Paraná, entendendo-a como benéfica no processo de combate à imagem política de Leonel Brizola. As evidentes dificuldades de conciliação entre os setores representantes da esquerda, e da classe trabalhadora, confluem, deste modo, com o projeto de pulverização das pautas coletivas unificadas e da subsequente especialização e fragmentação dos direcionamentos político-sociais. A problemática relativa à visão da comunidade de informações sobre o PT, merece, ainda, alguns apontamentos.

Atenta ao protagonismo que o PT começava a exercer entre as camadas urbanas da sociedade paranaense, a comunidade de informações realizou uma investigação que sistematizava dados referentes à reunião da Organização Socialista Internacional (OSI), ocorrida em 29 de maio de 1981 nas dependências da UFPR (Curitiba/PR). Entre as falas sobre o movimento socialista internacional, destacou-se a de Roberto Elias Salomão, o qual “ressaltou que o PT é o partido dos operários e só ele poderá resolver os problemas dos trabalhadores” (*SNI*, Atuação Conjunta da Organização Socialista Internacional (OSI) e da Convergência Socialista (CS) no Movimento Estudantil (ME) e no Partido dos Trabalhadores (PT), ACT_ACE_1202_81, 23 de julho de 1981, lauda 02). Salomão destacou, ainda, que a Constituinte não era preocupação relevante para o PT, no momento em questão, tendo em vista que, se realizada, seria conduzida primordialmente por setores da burguesia e do governo militar, por consequência disto, enfatizou que o PT não aceitaria coligações com nenhum Partido.

No que tange ao caso de Londrina/PR, o agente indica que o PT estaria desenvolvendo um amplo trabalho de base em meio aos trabalhadores e estudantes secundaristas. Avaliando a proposta de convergência entre a OSI e a CS, para unificação de distintos níveis de participação popular o agente constata que

Tanto a OSI quanto a CS estariam tentando obter o controle, em diversos níveis, dos organismos de direção do PT, no que estariam sendo obstados pelo que denominam de “burocracia dirigente” do Partido, que não estaria disposta a permitir o domínio de postos-chave por elementos radicais (*SNI*, Atuação Conjunta da Organização

Socialista Internacional (OSI) e da Convergência Socialista (CS) no Movimento Estudantil (ME) e no Partido dos Trabalhadores (PT), ACT_ACE_1202_81, 23 de julho de 1981, lauda 06).

O que se evidencia na avaliação do agente de informações responsável pela investigação é uma compreensão do PT como partido relativamente moderado que, apesar da insistência de infiltração interna por parte de subversivos radicais, estruturava-se de modo a atender os interesses de um partidarismo controlado no processo de abertura política nacional – em outras palavras, o agente parece esposar da ideia de que o PT possivelmente se constituiria como uma esquerda aceitável para os parâmetros políticos, econômicos e sociais do Brasil. Ademais, interessante se faz notar a preocupação da comunidade de informações paranaense com a possibilidade do aparelhamento subversivo do PT, retomando, assim, o horizonte conceitual da doutrina de Segurança Nacional, o agente responsável pela investigação chama a atenção para a necessidade de manter uma vigilância especial, visando garantir que as fileiras dirigentes do PT conseguissem manter sua hegemonia do direcionamento político-ideológico do partido.

No ano de 1981, foi solicitado à Agência Regional do SNI paranaense, um levantamento das organizações e grupos subversivos em atuação no Estado (*SNI*, Organizações subversivas de ideologia comunista e outras ideologias extremistas, ACT_ACE_1345_81, 31 de agosto de 1981, 06 laudas). Segundo agente de informações responsável pelo relatório, encontravam-se atuantes na conjuntura paranaense do período os seguintes grupos subversivos: Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), com maior propensão de crescimento e articulação; a Organização Socialista Internacional (OSI) de nível intermediário; e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), em defasagem organizacional, estando mais voltado para a atuação junto ao Movimento Estudantil.⁸

Conforme indicou-se anteriormente, na conjuntura paranaense a OSI traçou uma estratégia de inserção dentro das fileiras do Partido dos Trabalhadores (PT), visando ocupar espaços estratégicos de influência no direcionamento político-ideológico de atuação do partido – o que evidencia a sua adequação à uma perspectiva legalista e, relativamente, conformista de atuação política que expressa uma potencial resignação ao reformismo-progressista do PT. Por outro lado, o MEP se consolidou como um caso de particular interesse das investigações da comunidade de informações paranaense do período, ao passo que, nas

⁸ Motivo pelo qual o MR-8 não é abordado neste artigo, reservando a análise de suas configurações para pesquisa futura.

palavras do próprio agente, era a organização subversiva detentora de maior capacidade para articulação popular.⁹

Conforme indica Cunha (2019), pautado na defesa da atualidade da Revolução Socialista para a etapa conjuntural de desenvolvimento do Brasil, o MEP surgiu no ano de 1976, no Rio de Janeiro, e rapidamente se tornou uma das organizações de maior adesão da esquerda brasileira, tendo como consequência um massivo processo de perseguição por parte do aparelho estatal da ditadura militar brasileira. Analisando as configurações que o MEP tomou em outros Estados brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, entre outros), Cunha (2019) não chegou a abordar às especificidades paranaenses, sendo relevante, portanto, expandir as contribuições acadêmicas referentes ao movimento.

Em Inquérito que investiga a estruturação do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) em Curitiba/PR, o agente de informações traça uma análise que se fundamenta em um processo de infiltração (espionagem) da reunião ocorrida em 2 de setembro de 1980 na residência de Inez Pelizardo, fato que é demonstrado pela inserção dos anexos do Inquérito – constituídos em uma reprodução do gráfico desenhado por Inez Pelizardo na reunião e uma cópia do Manual *Teses para um Sindicalismo Combativo, Democrático e de Massas*. Segundo as avaliações do agente de informações:

- a. O MEP não pretende unir-se aos outros partidos de esquerda, o que ele irá fazer é aproveitar a ajuda dos mesmos, porém, atuando independentemente;
- b. No que se refere aos Sindicatos o MEP pretende, mesmo que não consiga colocar diretorias representativas dentro dos mesmos, fazer um intensivo trabalho de base, junto às diversas categorias de trabalhadores, para que seja possível uma boa organização e mobilização;
- c. Quanto a Igreja, conclui-se que o MEP deve aproveitar as brechas deixadas pela mesma e que permitam desenvolver seu trabalho, usando entidades religiosas, comunidades de base, religiosos e leigos que sejam combativos e que venham, de uma maneira ou de outra, a difundir a doutrina da organização (SNI, Movimento pela Emancipação Proletária (MEP), ACT_ ACE_694_80, 18 de dezembro de 1980, laudas 05-06).

A avaliação do agente evidencia, em primeiro lugar, a tomada de posição do MEP em manter a integridade de sua proposição político-ideológica frente à conjuntura paranaense do período e, em segundo lugar, a denúncia da potencial ameaça de aparelhamento subversivo que, a partir do horizonte conceitual da doutrina de Segurança Nacional, o agente de informações atribui à organização. O relatório é acrescido da investigação de outros dois

⁹ Não tendo sido mencionado no *Relatório da Comissão da Verdade – PR Teresa Urban* (Paraná, 2014), o MEP merece especial atenção nas análises aqui apresentadas.

encontros realizados pelo MEP, no dia 9 de setembro de 1980 na casa de Doático Alcides Alves dos Santos e em 8 de novembro de 1980 na casa de Paulo Roberto de Almeida Mello (ambas em Curitiba/PR). Assim, o agente concluí sua investigação afirmando que:

Os esforços desenvolvidos pelo MEP em CURITIBA são no sentido de conseguir sua estruturação e representatividade, principalmente junto ao Movimento sindical. Frustrada sua primeira tentativa de conseguir dominar um sindicato, ao perder as eleições no sindicato dos metalúrgicos, o MEP prepara-se para disputar outras eleições sindicais.

Evidencia-se que o MEP não afasta a possibilidade de aproveitar a ajuda de outros partidos esquerdistas, para alcançar os seus objetivos, bem como de chegar à luta armada (SNI, Movimento pela Emancipação Proletária (MEP), ACT_ACE_694_80, 18 de dezembro de 1980, laudas 10-11).

A perspectiva do MEP, para a organização da classe trabalhadora no Paraná, desta forma, teve um início frustrante, com baixa adesão operária às propostas do movimento para o direcionamento das ações sindicais. O agente responsável, apropria-se do horizonte conceitual da doutrina de Segurança Nacional visando definir uma imagem pejorativa dos sujeitos subversivos que compunham o MEP no Paraná, indicando a possibilidade de aproveitar-se das demais organizações de esquerda, já consolidadas, e alertando para a potencialidade de recorrência à luta armada que, supostamente, perpassa o fundamento político-ideológico do movimento. Fragoso (1985), por outro lado, indica que o MEP se consolidou enquanto uma organização política majoritariamente estudantil, afirmando que o programa da organização não evidenciava propostas concretas de recorrer à luta armada.

As investigações referentes as reuniões realizadas pelo MEP continuaram no ano de 1981, o agente infiltrado expõe as diretrizes que a organização propunha para prevenir a espionagem em suas células – inclusive informando que, para os membros do MEP, era possível que houvesse agentes infiltrados no PT. As reuniões tiveram como enfoque principal a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que seria realizada em agosto de 1981, a preocupação dos militantes do MEP era direcionada para os efeitos nocivos à esquerda verdadeira decorrentes do protagonismo que figuras progressistas e sociais democratas estavam conquistando em meio à classe trabalhadora – dos quais destacam Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Frei Beto (Teologia da Libertação). O agente concluí seu relato sobre o MEP afirmando que

A grande preocupação de seus militantes, no momento, é o CONCLAT, (tido pelas organizações subversivas como estratégico para consolidação do movimento sindical a nível nacional), tendo em vista que os elementos que tomaram a frente do evento estão

procurando marginalizar a participação das esquerdas no mesmo (*SNI*, Movimento pela Emancipação do Proletariado – (MEP), ACT_ACE_1139_81, 02 de julho de 1981, lauda 06).

Assim, até o ano de 1981, exprimia-se um forte processo de crítica do MEP paranaense no que tange aos direcionamentos reformistas social-democráticos dos setores vinculados ao PT e a Teologia da Libertação. A propensão ao crescimento do MEP em meio à classe trabalhadora paranaense no período, contudo, indicam uma relativa ascensão da consciência de classe em prol da emancipação do trabalho na conjuntura paranaense do início da década de 1980. A tomada de posição paranaense, em crítica as tendências reformistas do PT, contudo, não se mantiveram por muito tempo nas fileiras do movimento – seguindo as diretrizes de articulação com o PT que tomaram forma nos demais Estados brasileiros (Cunha, 2019).

Em outro relatório a comunidade de informações analisou o documento, publicado e difundido pelo MEP, intitulado “Questão Partidária”, que tinha por intuito consolidar-se como a primeira etapa de uma série de contribuições que abordassem as configurações do pensamento de esquerda frente à realidade do período. Conforme indicado pelo agente de informações, o MEP concebia o PT como detentor do maior potencial de fomentação de um partido revolucionário da classe operária no Brasil, segundo a avaliação dos dirigentes do movimento, os distintos setores de esquerda revolucionário (dispersos e desorganizados na conjuntura nacional) necessitariam reavaliar sua inserção à longo prazo na sociedade civil, possibilitando articulações que favoreceriam a eclosão de uma revolução futura. Segundo afirmado pelo documento do MEP “essa ideia opõe então à construção do partido revolucionário a formação de um partido de ‘transição’ ou ‘tático’, que seria o PT por ser ele a única maneira de responder, no plano da organização política, ao estágio do movimento operário popular” (*SNI*, Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) – Documento “Questão Partidária”, ACT_ACE_1297_81, 18 de agosto de 1981, lauda 03).

Assim, um processo de reformulação político-ideológica interna, com tendências à imposição hierárquica por parte dos grupos dirigentes, passou a se consolidar na organização. As pressões organizativas foram, também, acompanhadas da massiva ascensão que as propostas do PT alcançavam em meio à classe trabalhadora em nível nacional. No caso do Paraná, outro relatório de 1981, informa que nas eleições do Sindicato da Construção Civil de Curitiba/PR a chapa encabeçada pelo MEP saiu vitoriosa, não obtendo o mesmo êxito, contudo, nas eleições para o Sindicato dos metalúrgicos da mesma cidade. Por conta disto, o MEP passou por uma reformulação de suas diretrizes, de acordo com o agente encarregado

A nova estratégia do MEP é não criar chapas de oposição nos sindicatos e sim fazer com que seus militantes estreitem seu relacionamento com os trabalhadores e com os componentes das atuais diretorias de cada sindicato. Com esta tática o MEP visa que as diversas categorias de trabalhadores participem de manifestações populares e, dentro dos dois próximos anos, ter condições de ter militantes da organização fazendo parte das diretorias dos sindicatos (*SNI*, Subversão no meio operário – sindical – realização de cursos de liderança sindical promovidos por organizações subversivas, ACT_ ACE_1402_81, 22 de setembro de 1981, laudas 02-03).

Desta forma, adequando-se à uma lógica de articulações estratégicas, o MEP paranaense perdeu gradualmente a preocupação com o horizonte próximo da consolidação de uma Revolução Socialista no Brasil e, conseqüentemente, com a própria emancipação da classe trabalhadora. À longo prazo, essa mudança de posicionamento na atuação político-ideológica do MEP significou a submissão aos projetos reformistas-progressistas que tomaram vulto em meio à esquerda aceitável dentro dos parâmetros que definiam os objetivos gerais da nação da doutrina de Segurança Nacional.

Neste sentido, é interessante apontar como articulações de movimentos espontâneos, a partir de princípios de uma ordem política, favorecem, em determinados aspectos, a ascensão de uma política sindical que se adequa aos limites de interesse da ordem burguesa instituída. Inclusive, conforme indica Cunha (2019), a opção do MEP por integrar as fileiras do PT, e conseqüentemente o reformismo social-democrata, foi o elemento precursor de profundas cisões internas que enfraqueceram esta organização socialista brasileira.

Independente das divergências de perspectivas políticas, ideológicas e partidárias dos setores urbanos e rurais paranaenses, assim como da denúncia realizada pela comunidade de informações acerca da tentativa de aparelhamento destes por parte de organizações subversivas, o que se evidencia é uma forte tendência ao reformismo voltada, mais especificamente, para o imediatismo em meio a classe trabalhadora paranaense durante o período de ditadura militar brasileira. Obviamente, os anseios pela garantia da manutenção e reprodução da ordem capitalista de produção eram duplamente articulados, tanto internamente quanto externamente, de modo a viabilizar a continuidade do desenvolvimento duplamente subordinado. Assim, destaca-se nas fontes documentais as estratégias estado-unidenses utilizadas para o direcionamento das perspectivas de organização sindical.

Em ocasião do 84º Curso de Estudos Sindicais (ocorrido entre os dias 22 de maio a 06 de julho de 1979, em Mariland nos Estados Unidos), foram concedidas vinte bolsas de pesquisa para dirigentes sindicais brasileiros, por parte do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL). O curso teve como tema principal “a

ideologia do movimento sindical democrático”, perpassando os seguintes tópicos: educação; cultura; sindicalismo no mundo, nas Américas e nos Estados Unidos; direito trabalhista, previdenciário e sindical (*SNI*, Bolsa de estudos fornecida à brasileiros pelo IADESIL, ACT_ACE_160_79, 28 de junho de 1979, 05 laudas).

As articulações entre a classe dirigente interna e os interesses do imperialismo estadunidense, para o direcionamento político-ideológico da classe trabalhadora brasileira, explicitam-se no sentido de estipular os limites cabíveis a ação sindical nos parâmetros das relações entre Estados Unidos e demais países da América. As organizações sindicais paranaenses foram, assim, cerceadas em múltiplos aspectos: a repressão literal, a vigilância do aparato estatal e o controle do direcionamento ideológico.

É claro que, à despeito destas tendências de articulação e das configurações repressivas, os grupos radicais, detentores de proposições político-ideológicas de cunho progressista marxista, não deixaram de buscar influir no direcionamento organizativo da classe trabalhadora paranaense. Em Inquérito solicitado à comunidade de informações paranaense, o agente responsável informa que, em fevereiro de 1981, foi realizado um curso de formação sindical, intitulado “Classes Sociais Brasileiras”, no Centro de Estudos e Pesquisas do Paraná (CEPEP), na cidade de Londrina/PR, no qual as agências de informação não conseguiram inserir informantes. Segundo indica o relator:

O curso mencionado foi destinado a trabalhadores sindicalizados e estudantes universitários e da sua programação constava os seguintes temas à serem abordados:

- materialismo histórico e classes sociais;
- o papel das classes dominantes e o desenvolvimento histórico da luta de classes na sociedade brasileira;
- as classes e camadas sociais no campo; e
- tática de luta do proletariado (*SNI*, Subversão no meio operário – sindical – realização de cursos de liderança sindical promovidos por organizações subversivas, ACT_ACE_1402_81, 22 de setembro de 1981, lauda 03).

Apesar de gradualmente enfraquecida, a esquerda marxista persistiu nas articulações populares do Paraná, especialmente no que tange às questões trabalhistas. A partir da análise dos documentos apresentados, apreende-se que os setores urbanos paranaenses evidenciaram a presença de uma disputa pelo direcionamento político-ideológico dos grupos e organizações populares. Contudo, apesar da existência das pressões internas pela incorporação de propostas

radicais, no âmbito partidário, os setores urbanos paranaenses tendiam a posicionar-se, em maior medida, em favor de um reformismo-progressista controlado.

5. Considerações Finais

O presente trabalho pretendeu analisar as fontes inéditas provenientes do Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações do Paraná, produzidos durante o período de ditadura militar brasileira (1964-1985), objetivando compreender as configurações das relações de trabalho no Estado e o processo de organização da classe trabalhadora. Os dados levantados permitiram elucidar, em primeiro lugar, a existência de uma preocupação em meio à comunidade de informações paranaense, durante o período de ditadura militar brasileira (1964-1985), em garantir um desenvolvimento econômico da região que, contudo, não rompesse com a lógica da via de desenvolvimento do capitalismo nacional.

Demonstrou-se que os agentes responsáveis pelas investigações e prospecções de desenvolvimento econômico e social do Paraná, partilhavam dos ideais doutrinários de Segurança Nacional, que pressupunham a sintetização dos objetivos gerais da nação, se reconhecendo como sujeitos habilitados a pô-los em prática. Assim, o que se pretendia para a região paranaense era um desenvolvimento que possibilitasse, ao mesmo tempo, a reprodução de sua subordinação interna (em relação ao Sudeste) e externa (em relação ao capital hegemônico imperialista).

Também foram evidenciadas as divergências entre a classe trabalhadora paranaense nos setores urbanos e rurais, que, em sentido ideológico, abrangiam o posicionamento político-partidário e os objetivos organizacionais. Apontou-se a tendência dos trabalhadores paranaenses, e suas organizações, em adequar-se a propostas reformistas voltadas para o imediatismo, sem deixar, contudo, de constatar a existência de grupos internos de pressão que insistiram em manter o posicionamento progressista revolucionário em meio à determinados setores organizativos dos trabalhadores do Paraná.

Por fim, forçoso se faz reconhecer os limites analíticos cabíveis ao presente trabalho, enfatizando a sua pretensão em contribuir com uma análise exploratória qualitativa para o desenvolvimento de novas pesquisas referentes à temática abordada e ao próprio extenso arquivo de documentos que foi utilizado.

Dentre os temas aqui abordados, trazem potencialidades para o desenvolvimento de futuras pesquisas as problemáticas à respeito: das distinções entre perspectivas político-ideológicas dos trabalhadores paranaenses rurais e urbanos; a potencialidade de recusa da

classe trabalhadora paranaense em reproduzir a sua dependência em relação à São Paulo; os métodos de deturpação das fundamentações filosófico-ideológicas de grupos e movimentos de esquerda utilizados pelos agentes de informação; e os embates estabelecidos entre representantes do PT e do PTB para o direcionamento político das classes trabalhadoras no Paraná.

Referências

Cunha, V. M. (2019). *À procura da revolução brasileira: itinerários do Movimento pela Emancipação do Proletariado*. Dissertação (Mestrado) em História Econômica apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo.

Fernandes, F. (2008). *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. (5a ed.), São Paulo: Editora Globo.

Fico, C. (2001). *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Fragoso, C. H. (1985). *Advocacia da liberdade*. Rio de Janeiro: Forense.

Galvão, A. C., & Vasconcelos, R. R. (1999). *Política regional à escala sub-regional: uma tipologia territorial como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional*. Brasília: IPEA.

Lukács, G. (2018). *Para a ontologia do ser social*. volume 14. Maceió: Coletivo Veredas.

Macedo, M. M; Vieira, V. F., & Meiners, W. E. M. A. (2002). Fases de Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, 123, 5-22.

Magalhães Filho, F. (1996). Evolução histórica da economia paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, 87, 131-148.

Marini, R. M. (2017). Dialética da Dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em*

Debate, Salvador, 9(3), 325-356.

Marx, K. (2011). *O Capital: Livro I. (2a ed.)*, São Paulo: Boitempo Editorial.

Mazzeo, A. C. (2015). *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Medeiros, A. C. (2017). *Histórias de trabalhadores nortistas no Norte/Noroeste do Paraná (1940-1970)*. Tese (Doutorado) em História apresentada à Universidade Federal de Uberlândia.

Neves Júnior, J. W. A. (2019). Segurança Nacional e anticomunismo no Brasil pré-1964: a ideologia de Golbery do Couto e Silva. *Em Tese*, Florianópolis, 16(2), 46-66.

Padis, P. C. (2006). *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. (2a ed.)*, Curitiba: Iapardes.

Paraná. (2014). *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Teresa Urban*. Recuperado de <https://www.documentosrevelados.com.br/geral/relatorio-final-da-comissao-estadual-da-verdade-do-parana/>

Paraná. SNI. Bolsa de estudos fornecida à brasileiros pelo IADESIL, ACT_ACE_160_79, 28 de junho de 1979, 05 laudas (NDPH-UEL).

Paraná. SNI. Reorganização dos Partidos Políticos, ACT_ACE_188_79, 26 de julho de 1979, 10 laudas (NDPH-UEL).

Paraná. SNI. DEFENSA – Defensivos Agrícolas S/A, ACT_ACE_285_79, 30 de outubro de 1979, 85 laudas (NDPH-UEL).

Paraná. SNI. Coordenadoria Geral do INCRA/PR, ACT_ACE_454_80, 15 de abril de 1980, 19 laudas (NDPH-UEL).

Paraná. SNI. Coordenadoria Geral do INCRA/PR, ACT_ACE_539_80, 15 de julho de 1980,

56 laudas (NDPH-UEL).

Paraná. *SNI*. Movimento pela Emancipação Proletária (MEP), ACT_ACE_694_80, 18 de dezembro de 1980, 27 laudas (NDPH-UEL).

Paraná. *SNI*. Conselho Intersindical de Trabalhadores de Londrina, ACT_ACE_1211_81, 29 de maio de 1981, 04 laudas (NDPH-UEL).

Paraná. *SNI*. Movimento pela Emancipação do Proletariado – (MEP), ACT_ACE_1139_81, 02 de julho de 1981, 07 laudas (NDPH-UEL).

Paraná. *SNI*. Atuação Conjunta da Organização Socialista Internacional (OSI) e da Convergência Socialista (CS) no Movimento Estudantil (ME) e no Partido dos Trabalhadores (PT), ACT_ACE_1202_81, 23 de julho de 1981, 28 laudas (NDPH-UEL).

Paraná. *SNI*. 1º Encontro das Classes Trabalhadoras (ENCLAT) do Paraná, ACT_ACE_1291_81, 13 de agosto de 1981, 70 laudas (NDPH-UEL).

Paraná. *SNI*. Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) – Documento “Questão Partidária”, ACT_ACE_1297_81, 18 de agosto de 1981, 43 laudas (NDPH-UEL).

Paraná. *SNI*. Organizações subversivas de ideologia comunista e outras ideologias extremistas, ACT_ACE_1345_81, 31 de agosto de 1981, 06 laudas (NDPH-UEL).

Paraná. *SNI*. Subversão no meio operário – sindical – realização de cursos de liderança sindical promovidos por organizações subversivas, ACT_ACE_1402_81, 22 de setembro de 1981, 04 laudas (NDPH-UEL).

Pereira, A. S., et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Recuperado de https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1

Priori, Â. (2010). A Guerra de Porecatu. *Diálogos*, Maringá, 14(2), 367-379.

Santana, A. C. F. (1999). *A Central Única dos Trabalhadores – CUT e a luta pela democracia: elementos de uma trajetória*. Dissertação (Mestrado) em Ciência Política apresentada à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Santos, T. O. (2014). Organização camponesa na década de 1950: a influência petebista na fundação do Sindicato Rural de Barreiros-PE. *XVI Encontro Estadual de História – Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964*, Campina Grande, 1184-1196.

Secco, L. (2011). *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

José Wilson Assis Neves Júnior – 100 %